

Rotina de Processos Administrativos Aposentadoria por Incapacidade Permanente:

- Requerimento de aposentadoria feito pela Junta Médica do CPAS
- Declaração de acúmulo ou não de cargos públicos; juntada dos documentos pessoais do servidor e de seus dependentes
- Juntada do Processo de Auxílio Doença que originou o pedido de aposentadoria
- Atualização do Histórico Funcional, se necessário; expedição da Certidão de Tempo de Contribuição PREVMMAR; juntada das certidões originais do RGPS ou RPPS, caso servidor as tenha, elaboração e publicação das portarias de averbação destes tempos, se ainda não feitas
- Juntada da ficha financeira com as remunerações dos últimos 05 anos emitida pelo DRH da Prefeitura de Maracaju ou RH da Câmara Municipal de Maracaju, elaboração da relação das remunerações constando os salários de contribuição destes períodos
- Encaminhamento do processo para a Procuradoria Jurídica do PREVMMAR
- Encaminhamento do processo para Presidência e Diretoria Administrativa e de Benefícios e elaboração do acolho do parecer jurídico e portaria de concessão no caso de deferimento do benefício, ou do termo de encerramento se indeferido
- Informar ao segurado sobre a concessão ou não do benefício
- Publicação da concessão no Diário Oficial do Município
- Informar ao Departamento de Recursos Humanos a concessão de aposentadoria por meio de ofício, anexado a portaria e cópia da publicação oficial
- Confecção da apostila de proventos e Certidão do PIS/PASEP/FGTS
- Informar ao segurado a concessão do benefício por meio de ofício, anexado a portaria, cópia da publicação oficial e certidão do PIS/PASEP/FGTS
- Orientação ao beneficiário para a abertura de conta salário vinculada ao CNPJ do PREVMMAR
- Recebimento da conta salário e confecção da planilha discriminando as parcelas que compõem o provento e encaminhamento desta a contabilidade do PREVMMAR
- Encaminhamento do processo para auditoria do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Maracaju
- Devolução do processo à Diretoria de Benefícios, encaminhamento do processo digital para o Tribunal de Contas do Estado por meio de seu site, para efetivação e registro
- Requerimento de Compensação Previdenciária, após homologação do TCE/MS, caso tenha sido usada CTC – INSS no processo de aposentadoria.